



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING ELETRÔNICO**

**20/12/2010**



# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	1
1.2. FORAGIDOS.....	2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. DESEMBARGADORES.....	3
2.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	4 - 9
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. INSTITUCIONAL.....	10

## OUTRO LADO

### Advogado contesta decisão do Tribunal de Justiça

Em nossa edição do dia 17, com base em informações oriundas da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão, noticiamos que a 2ª Câmara Criminal daquela corte havia decidido manter a pena de nove anos e seis meses de reclusão e perda do cargo público de policial militar – imposta em junho pelo Tribunal do Júri Popular – ao cabo Paulo Sérgio Rodrigues dos Santos. Ele é acusado de matar Armando Bispo S. Pinto, quando saía do clube Simplesmente Maria, no Co-roadinho, em 17 de janeiro de 1993. O acusado recorreu da sentença. Mas o Tribunal negou-lhe o recurso.

Advogado do acusado, Mozart Baldez encaminhou à redação do **Aqui-MA** documento no qual contesta a decisão do Judiciário e critica o fato daquela corte tornar pública a decisão antes da publicação do acórdão. Ele alega inocência do cabo. Afirma que um outro policial militar teria assumido a auto-

ria do crime. E isso consta, segundo ele, nos autos em forma de depoimento.

Baldez alega ainda que a Justiça não apurou a suposta nova autoria e que o relator do caso colocou em dúvida o depoimento porque foi apresentado em papel sem timbre, sem carimbo e com assinatura ilegível. Portanto, fora dos padrões legais.

Segundo o relator do processo, uma testemunha disse que viu o cabo dizer à mãe que tinha atirado em uma pessoa. Essa afirmação, afirma Baldez, não foi apurada. Ele reitera que ninguém viu o Paulo Sérgio matar Armando Bispo. "A arma do crime não foi apreendida e não houve perícia no local", comentou. O juiz, acrescenta, também não teria indicado o motivo do crime. "Ou seja, na concepção do relator, Paulo matou sem motivo, sem testemunha, sem arma e foi condenado por ouvir dizer", avalia. (**Douglas Cunha**)

► MORTE NO TURU

# PROCURADO

Judiciário decreta prisão preventiva de principal acusado de matar médico no Jardim Eldorado. Ele ainda está foragido

## DOUGLAS CUNHA

O delegado Maymone Barros, da Delegacia de Homicídios, concluiu na última sexta-feira o inquérito instaurado para apurar o crime de homicídio contra o médico Aderson Costa Veloso, de 61 anos. Ele foi encontrado morto dentro da própria casa, no Jardim Eldorado, Turu, na manhã do dia 8 de dezembro. O corpo do médico apresentava marcas de espancamento e sinais de que ele havia sido estrangulado com um cinto.

Dias depois, a polícia prendeu Daienison de Almeida. Ele estava com objetos roubados na casa da vítima. Ele é irmão de Danielson da Silva Cutrim, de 23 anos, principal suspeito e flagrado horas antes do crime acompanhando Aderson em um supermercado. Com Daienison, a polícia apreendeu aparelhos eletro-



eletrônicos que foram levados na caminhonete L-200 de propriedade da vítima e foi abandonada na região da Cidade Operária.

Em depoimento, Daienison disse que estava em sua casa na noite de terça-feira, dia 7, quando recebeu um telefonema do irmão pedindo ajuda. Danielson disse que tinha acabado de "fazer uma besteira". A ajuda era para dirigir o carro da víti-

ma com objetos roubados do Turu até o São Cristóvão. Daienison decidiu ajudá-lo. Foi preso dias depois, enquanto o irmão continua foragido.

Desde então, a polícia vem desenvolvendo buscas na capital e no interior do estado, visando localizar e prender o acusado. O delegado Maymone Barros informou que concluiu o inquérito e encaminhou para a Justiça com o pedido de prisão preventiva para Danielson da Silva Cutrim. O Judiciário ainda não se pronunciou, mas a polícia continua desenvolvendo buscas para prender o acusado. O médico Aderson Costa Veloso era solteiro e morava só. Era diretor do Hospital Aquiles Lisboa, localizado na Ponta do Bonfim.



SEDIHC/DIVULGAÇÃO



**SÉRGIO TAMER (D),  
QUE HOJE ENTREGA  
A MEDALHA DA  
ORDEM TIMBIRA  
DO MÉRITO  
EM DIREITOS  
HUMANOS, EM  
RECENTE EVENTO  
PROMOVIDO  
PELO MINISTÉRIO  
PÚBLICO, COM  
O PROMOTOR  
CARLOS HENRIQUE,  
O PROFESSOR  
ZENO VELOSO  
(DO PARÁ) E A  
PROCURADORA DE  
JUSTIÇA, FÁTIMA  
TRAVASSOS**

## DIREITOS HUMANOS

O secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Sérgio Tamer, faz a entrega hoje às 18h, no Palácio Henrique de La Roque, pelo segundo ano consecutivo, da Medalha Ordem Timbira do Mérito em Direitos Humanos, a 39 personalidades que mais se destacaram na valorização da cidadania e dos direitos humanos no estado ao longo de 2010, segundo manifestação da sociedade, em votação pelo Portal da Cidadania. A premiação está dividida em 17 categorias e, dentre os homenageados, destacam-se Douglas Martins (juiz de Execuções Penais), Aldy Melo Filho (defensor público geral do estado), Cel. Carlos Henrique Guedes (comandante do 24º Batalhão de Caçadores), Maria de Fátima Travassos (procuradora geral de Justiça), Alberto Tavares (defensor público), Mateus da Silva Neto (membro do Forum em Direitos Humanos), Luiz Antônio Pedrosa (coordenador nacional do Provita), Lucyleia França (professora da Universidade Federal do Maranhão), Miécio Lopes Martins (presidente do Conselho de Segurança Alimentar), Irmã Mônica (Casa Sonho de Criança) e João Alberto de Souza (vice-governador do estado).



# AS MARCAS DA VIOLÊNCIA

Na segunda reportagem da série Crime e Castigo, a história de Rosa Maria Lopes Pereira, 42 anos, que teve o seu companheiro Ribamar, o "Dragão", assassinado na última rebelião do Complexo de Pedrinhas. A força dos parentes que convivem de perto com o universo paralelo de familiares envolvidos em crimes, o medo de um fim trágico dos detentos, o risco do estouro de uma nova rebelião e o difícil caminho da reabilitação. PÁGINAS 6 E 7

# Os que choram por eles

RONALD ROBSON

Envolvidos diretamente com a realidade do sistema carcerário maranhense, os parentes dos detidos enfrentam uma rotina espinhosa marcada por momentos de dor, desespero e angústia. Esta via crucis é mais intensa para quem teve entes que foram mortos na rebelião do mês de novembro

**R**osa Maria entrou no prédio da Secretaria de Estado de Segurança (SES) numa manhã de terça-feira, 7 de dezembro, apenas para senti-lo desabar sobre sua cabeça. Nas costas, já levava por amor o fardo do nome Ribamar, o "Dragão", seu companheiro há 13 anos e que, detento, fora um dos 18 assassinados na mais bestial rebelião penitenciária acontecida no Maranhão, no dia 8 de novembro último. Alquebrada, Dona Rosa estertorava os pulmões num choro convulso: Dragão fora morto, seu filho Emanuel está preso, seu sobrinho quase fora detido ainda naquela mesma manhã. Seu primeiro marido, Edilson Coelho dos Santos, fora assassinado aos 24 anos. Rosa Maria é pobre, está com pé quebrado (caiu de uma moto) vive no Pau Deitado (São José de Ribamar) e não sabe o que fazer da vida. A reportagem de **O IMPARCIAL** a encontrou durante os depoimentos no inquérito que apuram as causas da rebelião.

Rosa Maria Lopes Pereira, 42 anos, é a imagem do sofrimento, não deixando de ser também a de uma resistência desesperada. Desespero, por exemplo, como o de uma madrugada de março de 2009, quando agentes velados da Polícia

Militar entraram em sua casa e lavaram presos, em flagrante, José de Ribamar dos Anjos Filho, 37 anos, Emanuel Pereira dos Santos, 22 anos, e Miguel Costa Santos Júnior, este ex-detento e ex-fugitivo da justiça – marido, filho e amigo destes dois, respectivamente. Foram acusados de tráfico de drogas, formação de quadrilha e porte ilegal de arma. "Manel" e Dragão foram condenados a quatro anos e quatro meses de prisão, a serem cumpridos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Dragão e Manel (seu enteado, porque filho de casamento anterior de Maria Rosa) traficavam pequenos volumes de cocaína e maconha, embora a família negue, afirmando que a droga destinava-se a consumo próprio. O vício levou os Pereira dos Santos a compreender que nem só o autor do crime recebe o devido castigo. "Eu vivo num sofrimento só, até me tornei cardíaca. Eu sempre tinha medo de fazerem alguma coisa com o Ribamar, como fizeram, e agora é meu filho com problema renal na cadeia", queixa-se Rosa Maria.

Dragão – apelido que ganhou em Pedrinhas, quando, revoltado com a prisão, fez tatuar em seu braço direito um enorme espécime do animal mítico

– não escondia de ninguém que se drogava. "Eu fumo {maconha}, mas fumo pra trabalhar!"; dizia ele. Jurava à mulher pedir a Deus para que um dia deixasse o vício. Não gostava que o vissem se drogando, e gostava menos ainda de ver alguém em descanso. "Ele não podia ver gente sem fazer nada. Ficava com raiva e mandava logo procurar serviço", recorda Luziane Pereira dos Santos, 19 anos, sua enteada. "Ela era trabalhador, até fez serviço pra mim. Nunca tive o que reclamar dele", testemunha Nelcineia Gomes, 37 anos, proprietária de mercearia no Pau Deitado.

---

**ROSA MARIA PEREIRA LOPES TRAZ TATUADO NO CORPO O NOME DO MARIDO ASSASSINADO NA REBELIÃO EM PEDRINHAS. O FILHO TAMBÉM É PRESIDÁRIO**



# A ternura do Dragão

O noticiário sobre o saldo trágico da rebelião em Pedrinhas informou de maneira protocolar a lista dos dezoito mortos no episódio, que foi o mais sangrento motim de presos já ocorrido no Maranhão. Mas cada detento daqueles trazia uma história de vida.

Dragão era pescador, marceneiro e o que mais fosse preciso ser para sustentar a família. Era tido por excessivamente brincalhão. Nasceu e cresceu no bairro São Benedito. Morara com os pais nos municípios de Itapeturu e Alcântara. Antes de mudar-se para a Vila Roseana Sarney, onde conheceria Rosa Maria, Dragão chegou a viver nas dependências de uma casa de praia em Panaquatira, que pertence a irmã de político que ocupará importante cargo no próximo governo estadual. Seus pais eram caseiros da propriedade.

Há cinco anos, Rosa Maria, seus dois filhos e José de Ribamar mudaram-se para Pau Deitado – e a mudança não foi apenas geográfica, pois foi lá que tornou-se viúva e viu "Manel" entregar-se ao uso eventual de drogas. Sobretudo: lá é que veio a descobrir ter um tumor no útero, que pôs-lhe de cama até que realizasse a retirada do cancro em Teresina. O problema surgia até ameno, todavia, a quem, por sofrer de hanseníase,

tivera de passar nove meses isolada no leprosário do Bom Fim. "Mas de todos os momentos ruins de minha vida o pior é este", diz Rosa Maria, ao lembrar do filho preso.

Na sexta anterior à segunda-feira em que foi deflagrada a rebelião, Dragão entregou duas cartas a Rosa Maria. Pouco alfabetizada, pediu a familiares que as lessem para ela. "Parece que ele quer dizer algo, Rosa", disseram-lhe. Ela não sabia o quê. "A saudade a gente guarda... O coração a gente despreza... Mas a esperança... É a esperança que não me deixa esquecer... Ainda te amo", escreveu Ribamar em uma das cartas. Aquele obscuro "coração desprezado" foi ainda capaz de escrever um "Hino ao Nosso Senhor", o qual vinha transcrito na outra missiva.

Na prisão, foi transferido para a área C-15, conhecida como o "bloco dos irmãos", por lá se concentrarem evangélicos. Teria Dragão, destarte, se convertido. Disse à família ter abandonado o uso de drogas, confissão digna de confiança, visto que jamais escondera seu consumo de merla e maconha. Aprendera

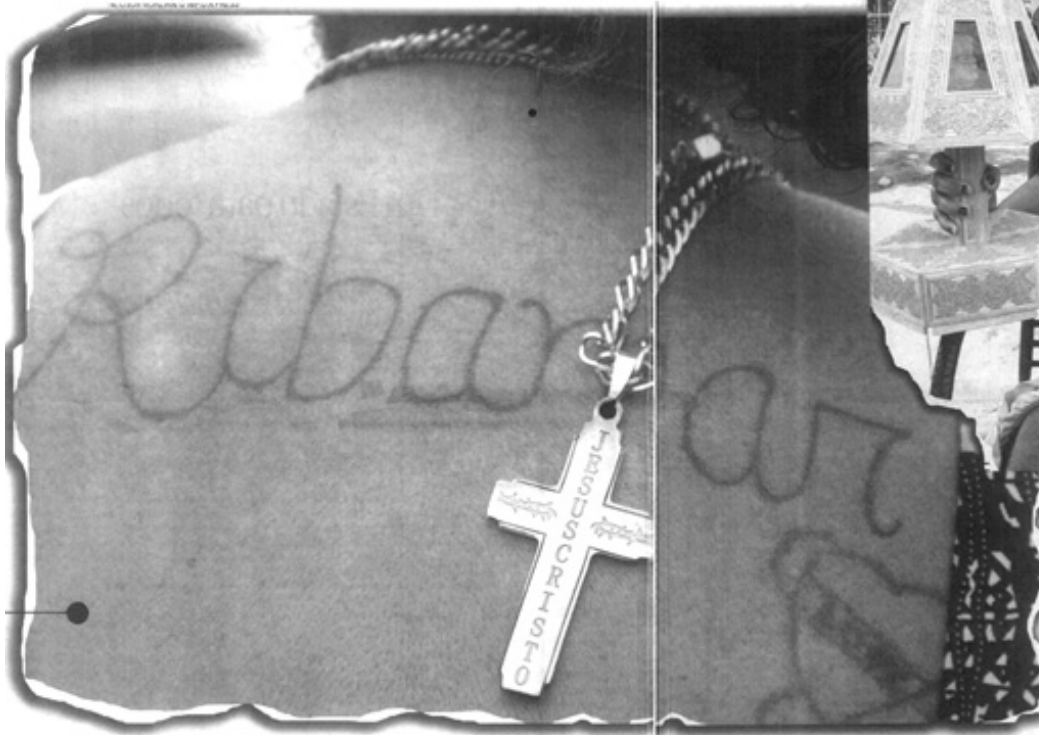
técnicas artesanais em programa de reabilitação em Pedrinhas – e assim fabricou objetos simples, porém belos, como abajures, os quais Rosa Maria vendia até por R\$ 80. Era Dragão mesmo um criminoso, um bandido. Mas de sua figura talvez já não soassem distantes as palavras finais do romancista russo Fiódor Dostoiévski, em "Crime e Castigo", ao insinuar a redenção do protagonista homicida, Raskólnikov:

"Mas aqui já começa outra história, a história da renovação gradual de um homem, a história de seu paulatino renascimento, da passagem progressiva de um homem a outro, do conhecimento de uma realidade nova, até então totalmente desconhecida. Isto poderia ser o tema de um novo relato – mas este está concluído". Concluído, terrivelmente, ao menos para José de Ribamar dos Anjos Filho. Não, todavia, para I.S.F. e J.S.S., as iniciais de dois homens que viveram a amarga realidade de um presídio e cujas histórias o leitor poderá conferir amanhã em O IMPARCIAL na terceira reportagem da série sobre o sistema penitenciário do estado.



*“A saudade a gente guarda... O coração  
a gente despreza... Mas a esperança...  
É a esperança que não me deixa te  
esquecer... Ainda te amo”*

Trecho de uma carta escrita à esposa por  
**JOSÉ DE RIBAMAR DOS ANJOS FILHO O “DRAGÃO”**  
Detento assassinado na Rebelião de Pedrinhas



**ENTRE AS LEMBRANÇAS  
DO MARIDO, ROSA MARIA  
GUARDA FOTOS E OBJETOS  
QUE ELE CONFECCIONAVA  
NA PRISÃO ALÉM DE UMA  
CARTA RECEBIDA DELE TRÊS  
DIAS ANTES DO MOTIM QUE  
RESULTOU NA MORTE DE  
DEZOITO DETENTOS**

# Parentes e voluntários tentam mudar o destino dos detentos

*"Cada sentença, um motivo, uma história de lágrima, sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio, sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo"*

RACIONAIS MC'S

FRANCISCO JÚNIOR

Não é preciso o estouro de uma rebelião, para aqueles cujos familiares vivem dentro do sistema penitenciário sentirem o coração disparar como prenúncio de notícias trágicas. Sempre que é anunciada uma morte no Complexo de Pedrinhas, esta mesma sensação de angústia sufoca o peito de muita gente do lado de fora dos muros.

Em desabafo na Assembleia Legislativa, durante audiência realizada pela Comissão da Câmara de Deputados, Solange Tavares, presidente da Associação de Familiares e Mães de Presos desabafou: "Foi uma tragédia anunciada".

Entre as reclamações listadas pelos parentes dos detentos durante a audiência estão a morosidade da Justiça em liberar presos com direito a mudança de regime ou que já cumpriram pena e continuam atrás das grades.

Além dos parentes e familiares, os detentos também contam com apoio da Pastoral Carcerária, instituição ligada a Igreja Católica. Convidado a falar sobre o assunto na audiência realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o Padre Lucas Mainete, representante da Pastoral Carcerária alertou que dentro dos presídios, embora seja no

tória e conhecida a rivalidade entre os detentos do interior e da capital, não há uma preocupação em separar os dois grupos.

Quem não tem dinheiro para bancar um advogado conta com o apoio do Núcleo de Advocacia Voluntária (NAV). Composto a partir de uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e diversas faculdades de direito, o NAV atua no diagnóstico de detentos que necessitam de um apoio jurídico, mas não o tem pela própria precariedade da assistência prestada pelo sistema penitenciário.

Advogada há dezessete anos, Marilene Aranha Carneiro Silva, coordenadora do NAV e funcionária do Tribunal de Justiça, conhece bem a realidade carcerária do estado e lamenta que os advogados não dediquem um pouco do tempo a atuar em ações de assistência gratuita aos detentos. "A defensoria pública, faz um bom trabalho, mas faltam mais defensores, é necessária a realização de um concurso público.

Através da ação voluntária de advogados, que são professores das faculdades conveniadas com o NAV e estudantes, é realizado um acompanhamento da situação de cada detento.

Somente no ano de 2010, o NAV realizou 1.286 atendimentos. Questionada sobre os motivos de tanta preocupação com quem é considerado um "estorvo" para a sociedade, ela ressalta que a maioria dos detentos tem desejo de pagar as

contas com a Justiça e recomeçar a vida e vê o trabalho que realiza como uma forma de contribuir para uma melhoria do bem estar da coletividade." As pessoas acham que por que estão presos não merecem mais atenção e devem ficar lá mofando. Mas é preciso mudar esta postura, pois o problema é de interesse de todos", ressalva.

Marilene Aranha e os demais integrantes do NAV conseguem olhar o ser humano escondido atrás de quem está dentro do presídio e percebem pelo viés do Direito e da solidariedade uma situação retratada nos versos da música "Diário de um Detento" do grupo Racionais MC's: "Cada sentença, um motivo, uma história de lágrima, sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio, sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo".



NEIDSON MOREIRA/ O IMPÍD A PRESS



QUANDO OCORREM  
REBELIÕES, OS PARENTES DE  
ALGUNS DETENTOS ENTRAM  
EM DESESPERO



INTEGRANTES DO NÚCLEO  
DE ADVOCACIA VOLUNTÁRIA  
AUXILIAM OS PRESIDÁRIOS

WWW.COMUNICAÇÃO



**Antonio Carlos**

acarloslua@folha.com.br

**JUSTIÇA &  
CIDADANIA**



## A busca pelo Judiciário

Mais da metade da população brasileira busca o Poder Judiciário quando se envolve em algum tipo de conflito. A constatação é do Suplemento 'Vitimização e Justiça', da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009), que acaba de ser apresentada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Publicada pelo Jornal do Commercio, a pesquisa indica que, no ano passado, 12,6 milhões de pessoas tiveram algum tipo de conflito nos últimos cinco anos e 57,8% delas procuraram ajuda do Poder Judiciário, sendo que 12,4% recorreram aos Juizados Especiais, cujo percentual de busca (15,8%) foi maior na região Norte.

Os problemas ocorreram em maior volume na área trabalhista (23,3%) e na área de família (22%). Problemas criminais (12,8%), de fornecimento de luz e água (9,7%), benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (8,6%), relações com bancos ou instituições financeiras (7,4%), questões de terras ou moradia (4,8%) e com impostos ou tributação (1,2%) também deram origem a conflitos entre a população brasileira. A busca de solução dos conflitos via Judiciário foi maior na região sul, atingindo um percentual de 63,2%.

As pessoas de 18 a 24 anos de idade tiveram os maiores percentuais de situação de conflito na área de família (27,8%) e na criminal (23,3%). Na faixa de 50 anos ou mais de idade, os conflitos na área trabalhista tiveram o maior percentual (21,2%), seguido pelos que envolviam benefícios do INSS ou previdência (19%). Os conflitos trabalhistas tiveram o maior registro na Região Sudeste (24,8%); os de família e os criminais no Norte (29,9% e 15,8%, respectivamente).

Um total de 90,4% das 12,6 milhões de pessoas envolvidas em algum tipo de conflito nos últimos cinco anos procurou uma solução para ele. Além do Poder Judiciário, o cidadão que se envolveu em alguma de disputa procurou solucionar o caso na Polícia, em sindicatos, associações e no Procon, instância em que foi registrado o maior índice de resolução de problemas. Quase 70% das pessoas que procuraram o Procon tiveram o conflito solucionado, sendo que 89,4% delas em até um ano.

A área de conflito relativa a serviços de água, luz e telefone

teve o maior percentual de solução (59,3%), sendo que 84,9% desses casos foram solucionados em até um ano. Os conflitos de família registraram o segundo maior percentual de solução (57%), sendo 71,2% deles em até um ano. Os benefícios do INSS ou previdência tiveram o menor percentual de solução (32,6%), sendo 45,8% deles em até um ano.

De acordo com a pesquisa, das 162,8 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade, 11,9 milhões foram vítimas de furto ou roubo. As vítimas de tentativa de roubo ou furto somaram 8,7 milhões. O percentual de vítimas dos crimes que residiam na área urbana (8,1% para roubo ou furto) foi superior ao observado entre os que residiam na área rural (3%).

O estudo mostrou que as características dos crimes variavam com o local de ocorrência. As vias públicas concentraram 70,5% dos roubos e 26,8% dos furtos, enquanto nas residências houve 12,2% de roubos e 47,6% de furtos.

Em 2009, 2,5 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade sofreram agressão física (1,6% do total), com a maior frequência na Região Norte (1,9%) e a menor, de 1,4%, nas Regiões Sudeste e Sul. O percentual entre os homens (1,8%) foi maior do que entre as mulheres (1,3%). Dentre as mulheres agredidas, 25,9% tiveram como agressor o cônjuge ou ex-cônjuge contra 2% dos homens na mesma condição. Eles foram mais agredidos por desconhecidos (46,4%) que por conhecidos (39,3%), tendo ocorrido o inverso para as mulheres (29,1% contra 32,2%).

Das 11,7 milhões de pessoas que buscaram uma solução para os conflitos, 5,8 milhões (49,2%) tiveram a questão resolvida. Para 5,9 milhões (50,8% do total) ainda não houve solução. Na Justiça, 43,5% das pessoas já chegaram até o fim do processo e, para 61,2% delas a sentença veio em até um ano. Nos Juizados Especiais, o índice de resolução do conflito sobe para 55,6%, sendo 73% no prazo de um ano.

Entre as pessoas que não procuraram a Justiça quando tiveram o conflito, 27,6% delas não o fizeram porque resolveram o problema por meio de mediação, ou seja, antes de ajuizar o processo. O dado é interessante para o Poder Judiciário, cuja política, em 2011, é incentivar a conciliação tanto durante o processo como antes do conflito chegar à Justiça. Nesse sentido, o CNJ aprovou, inclusive, uma Resolução para incentivar o uso de métodos alternativos de resolução de conflitos. Hoje, o índice de conciliação dentro do processo é de cerca de 15%.

A pesquisa foi realizada em 153.837 domicílios brasileiros em 2009 e 399.387 pessoas maiores de 18 anos foram entrevistadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É a primeira vez que o tema Justiça é tratado numa pesquisa por amostra de domicílio feita pelo IBGE. O estudo teve o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).